

VENTOS DE CURUPIRA S.A. 19.934.261/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2020

A Administração do Complexo Eólico Povo Novo, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração (RA) relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **1 - PERFIL DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO** - O Complexo Eólico Povo Novo foi criado em 26 de fevereiro de 2014 com o objetivo de atender a construção de três Parques Eólicos: Ventos de Curupira, Ventos de Povo Novo e Ventos de Vera Cruz. O seu acionista majoritário é a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, do Grupo CEEE. A constituição deste Complexo Eólico visa atender diferentes *stakeholders*. Aos consumidores de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada como Livre, estima-se uma oferta de 22,1 MW médios de energia, o que corresponde a capacidade de atender a um município de 72 mil habitantes. Ao meio ambiente e à sociedade, a geração de energia limpa, livre de gases poluentes e resíduos, bem como a geração de empregos diretos e indiretos. Possibilitar um ambiente mais favorável aos negócios será fundamental para a retomada da economia gaúcha, abrindo caminho para o crescimento. Para além das dificuldades impostas pela pandemia, o Complexo Eólico Povo Novo confia plenamente no potencial de desenvolvimento sustentável do Estado e pretende contribuir com a superação dos desafios que se impõem ao futuro, de forma íntegra e responsável. **2 - APORTES DOS ACIONISTAS** - Em 2020 foram realizados aportes para o Complexo Eólico Povo Novo no valor de R\$ 1.751mil pela acionista majoritária, CEEE-GT, sendo R\$ 684 em Ventos de Curupira S.A., R\$ 554 em Ventos de Povo Novo S.A. e R\$ 513 em Ventos de Vera Cruz S.A.. **3 - PRINCIPAIS CONTRATOS** - No ano de 2020 foram mantidos os contratos de manutenção das torres anemométricas e serviço de vigilância 24h para a subestação Curupira. Foi realizada a contratação de serviços de advocacia especializada com o escritório Machado Meyer para atuação junto aos processos judiciais contra a WEG Equipamentos Elétricos S/A. Com a autorização para retomada do empreendimento buscou-se a reestruturação da SPE através da contratação de serviços de gestão administrativa, financeira, contábil, ambiental e assessoria jurídica através da empresa CSC Energia - Central de Serviços Compartilhados. **4 - AÇÃO CONTRA A EMPRESA**

WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A - Cessadas as negociações entre Complexo Eólico Povo Novo e WEG em 2020. Contratação do escritório especializado Machado Meyer para atuar nos 03 processos que estão tramitando na 7ª Vara Civil da Comarca de Porto Alegre/RS. Em resumo, as ações envolvem a resolução de três contratos de fornecimento, supervisão de montagem e comissionamento de aerogeradores e outras avenças. Cabe mencionar que em 25/05/2021 foi proferida decisão, nos autos de um dos processos, deferindo o ingresso do Estado do Rio Grande do Sul no feito. O Juízo considerou que "o Estado do RS possui interesse econômico, pois é acionista controlador do Grupo CEEE", pois "a CEEE-GT é acionista amplamente majoritária das empresas que participam desta demanda, com participação superior a 99,99% em cada uma delas". Além disso, "o Estado do Rio Grande do Sul, como controlador da CEEE e por estar promovendo processo de desestatização poderá sofrer os efeitos econômicos desta demanda, ao menos enquanto não concretizadas as vendas". **5 - FUTURO DO EMPREENDIMENTO** - Com a autorização para retomada do empreendimento estamos buscando a definição de novo fornecedor de Aerogeradores para desenvolver novo Projeto Básico Eólico, Civil e Eletromecânico para continuidade da implantação do Complexo Eólico Povo Novo. **6 - LICENÇAS AMBIENTAIS** - Junto à FEPAM há licença de instalação LI 257/2018, para instalar Fazenda Vera Cruz e Povo Novo, além da SE. Em Curupira ainda não há autorização. **7 - REVISÃO DO ESTATUTO** - Devido a necessidade de adequação a Lei 13.303/2016 e Decreto Estadual 54.110/2018 está em andamento o processo de atualização dos estatutos das empresas do Complexo Eólico Povo Novo. **8 - APROVAÇÃO DE ORÇAMENTOS PARA OS ANOS DE 2021 A 2025 PARA O COMPLEXO EÓLICO POVO NOVO** - Foram apresentados pela Diretoria Colegiada os orçamentos de Ventos de Curupira, Ventos de Povo Novo e Ventos de Vera Cruz para os anos de 2021 a 2025 no valor total de R\$ 335.432mil aprovados conforme RD 147/20 da Companhia CEEE-G e nota técnica do orçamento. Estes contemplam a manutenção dos contratos vigentes e despesas para manutenção do complexo e valores para a continuidade da implementação do empreendimento. A Diretoria informa que para os gastos previstos nos orçamentos haverá a necessidade

de aportes de recursos pelos acionistas. **9 - COMPROMISSOS REGULATÓRIOS** - **a) Compra de energia** - O atraso nas obras de implantação das usinas do Complexo Eólico Povo Novo gera exposição contratual dos parques eólicos no Mercado de Curto Prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Para não incorrer em penalidades por falta de lastro, nos termos do Decreto nº 5.163/2004, se faz necessário: (i) adquirir energia de terceiros, de forma a atender os Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado (CCEARs) comercializados no 17º Leilão de Energia Nova (A-3 de 2013); (ii) ou realizar acordos bilaterais com as distribuidoras; (iii) ou buscar a descontração de energia no âmbito do MCSD (mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia nova). **b) Mecanismos de Descontração de Energia 2020** - Em junho de 2020 o Complexo Eólico Povo Novo encaminhou oferta de redução, no âmbito do processamento do MCSD Energia Nova A-1 Extraordinária na CCEE, com o objetivo de distrate total no horizonte do ano de 2021. Conforme previsto no §10º do Art. 4º da REN nº 693/2015, os geradores que tiverem sucesso na redução dos montantes vendidos terão eventuais penalidades administrativas e editais atenuadas, tendo sido logrado com êxito a descontração de energia para todo o ano de 2021 para a CGE de Vera Cruz e a CGE de Povo Novo. Quanto à Curupira houve descontração integral desde 2017. **10 - CONCLUSÃO** - Com a autorização para retomada do projeto em 21/07/2020 pelo Conselho de Administração da acionista majoritária, CEEE-G, está se buscando a definição por novo fornecedor de Aerogerador e será necessário desenvolver novo Projeto Básico Eólico, Civil e Eletromecânico. Estas mudanças acarretarão na revisão do licenciamento ambiental junto a FEPAM. Também é aguardado o processo de privatização da CEEE-G para demais definições. Independente do andamento das definições citadas acima o empreendimento permanece com a necessidade de atendimento da manutenção operacional, que envolve o cumprimento de contratos já realizados, sendo fundamental a disponibilização de aportes pelos acionistas para o ano de 2021.

Álvaro Burlaceno - Diretor Técnico

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	39	1.086
Tributos a recuperar		12	12
Partes relacionadas	11	-	344
Despesas pagas antecipadamente		3	2
Total do ativo circulante		54	1.444
Ativo não circulante			
Créditos a Receber	6	-	32.042
Partes relacionadas	11	344	-
Imobilizado	7	45	48.416
Intangível		160	160
Total do ativo não circulante		549	80.618
Total do ativo		603	82.062

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.929	(1.631)	54.298
Prejuízo do exercício	-	(739)	(739)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.929	(2.370)	53.559
Aumento de capital	2.852	-	2.852
Reversão de dividendos	-	9	9
Prejuízo do exercício	-	(59.533)	(59.533)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.781	(61.894)	(3.113)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Passivo circulante			
Fornecedores	8	93	67
Dividendos	10	-	10
Tributos e contribuições	9	27	152
Total do passivo circulante		120	229
Passivo não circulante			
Fornecedores	8	-	22.510
Partes relacionadas	11	133	133
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	3.463	5.631
Total do passivo não circulante		3.596	28.274
Patrimônio líquido	12		
Capital social		58.781	55.929
Prejuízos acumulados		(61.894)	(2.370)
Total do patrimônio líquido		(3.113)	53.559
Total do passivo e patrimônio líquido		603	82.062

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - Exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Ventos de Curupira S.A., Produtor Independente de Energia, é uma sociedade de propósito específico, por ações, de capital fechado, constituída em 26 de fevereiro de 2014, a partir da associação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, com a Central Geradora Eólica Curupira Ltda., tendo por objeto a geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, com sede na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e é responsável pela implantação do Parque Eólico Curupira, que terá a capacidade de energia instalada de 25 MW, a data prevista para o início da operação comercial continua indefinida. A garantia física do Parque Eólico Curupira, no montante de 9,6 MW médios, foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, no Leilão nº 09/2013, de 18 de novembro de 2013, ao preço de R\$ 125,90/MWh, por 20 anos, com início de suprimento de energia previsto para 1º de janeiro de 2016. Em janeiro de 2016, a energia para lastro aos contratos firmados no ACR foi adquirida pela Companhia no ambiente de Contratação Livre - ACL. Em 08 de maio de 2017 conforme ata nº 050/2017 do Conselho de Administração da Companhia foi definida a descontração total do parque eólico de Ventos de Curupira a partir do exercício de 2017. Conforme ata nº 566/2017 do Conselho de Administração da controladora foi autorizada a Diretoria Colegiada para realizar estudos e modelagem de eventual desinvestimento da controladora nesta Companhia, buscando recuperar integralmente os valores investidos. Em agosto de 2018 foi publicado o Edital de Chamada Pública nº 001/2018, com o objetivo de selecionar interessados em adquirir a participação acionária da CEEE/GT. Em outubro ocorreu o encerramento da Chamada Pública e as empresas habilitadas optaram por declinar do direito de apresentação de proposta. Em novembro de 2018, o Conselho de Administração da CEEE/GT, autorizou o relançamento da Chamada Pública para o Complexo Eólico Povo Novo. A retomada do projeto foi autorizada em 21/07/2020 e a SPE está sendo reestruturada para continuidade do negócio, com a renovação do Conselho de Administração, posse do novo diretor e contratação de estrutura administrativa, contábil e jurídica para suporte à gestão através da empresa CSC Energia que iniciou as atividades em 01/10/2020. O recurso necessário para construção de Ventos de Curupira está sendo viabilizado através de aportes do acionista controlador, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT.

Impactos da Covid-19 - Em 08 de abril de 2020 foi publicada a Medida Provisória nº 950, que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (Covid-19). Atualmente a Companhia não está operando e realiza apenas atividade de manutenção do parque e das torres anemométricas, assim como a atualização do projeto. Dessa forma, a Companhia avaliou os possíveis impactos da Covid-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais.

2. Autorizações - O Ministério de Minas e Energia autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Portaria	Data Publicação	Capacidade Instalada	Prazo de duração
Ventos de Curupira S.A.	232/2014	29/05/2014	25.000 kW	35 anos a partir da publicação

3. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - **a) Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária (Lei nº 11.638/07 e 6.404/76) e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **b) ase de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado. **c) Autorização para emissão das demonstrações financeiras** - A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva no dia 28 de maio de 2021. **d) Moeda funcional e de apresentação** - Estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais (R\$) foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e) Uso de estimativas** - A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os efeitos das revisões das estimativas são reconhecidos prospectivamente. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Estimativas e julgamentos da Companhia: **• Imobilizado:** aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **• Intangível:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **• Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas e depósitos judiciais:** reconhecimento e mensuração das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **• e Partes relacionadas:** apresentação e divulgação das transações envolvendo partes relacionadas. **f) Representação dos saldos comparativos** - Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital foram apresentados no patrimônio líquido, contudo, em 2020, a Companhia identificou que os valores deveriam ter sido apresentados no passivo não circulante de acordo com o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. Consequentemente, os saldos foram reapresentados nessas demonstrações financeiras nos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, originalmente emitidas em 12 de março de 2020. Essas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A seguir o resumo dos impactos nas demonstrações financeiras:

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2019

Ativo	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total do ativo circulante	1.444	-	1.444
Total do ativo não circulante	80.618	-	80.618
Total do ativo	82.062	-	82.062

4. Resumo das principais práticas contábeis - As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas Demonstrações financeiras estão descritas a seguir: **a) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **b) Instrumentos financeiros** - O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. **Classificação - ativos e passivos financeiros:** - O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). **Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais.** - O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. **c) Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. **Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **Redução ao valor recuperável de ativos** - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **d) Passivo circulante e não circulante** - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável os correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **e) Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **f) Imposto de renda e Contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das Demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. **g) Novas normas e interpretações ainda não efetivas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas Demonstrações financeiras: **• Reforma da taxa de juros de referência** - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) **• Contratos Onerosos** - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); **• Concessões de aluguel relacionadas a Covid-19** (alteração ao CPC 06/IFRS 16); **• Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); **• Referência à Estrutura Conceitual** (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); **• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante** (Alterações ao CPC 26/IAS 1); **• IFRS 17** Contratos de Seguros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Contas correntes bancárias	39	1.086
Total	39	1.086

6. Créditos a receber - Os créditos com a WEG de R\$ 32.042 em 31 de dezembro de 2019, relativos a adiantamento para aquisição de bem, pendentes de entrega foram provisionados diante da falta de expectativa de realização das operações com o fornecedor (vide Nota Explicativa nº 13).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	15	22	72
Custos operacionais		-	-
Resultado bruto		22	72
Despesas gerais e administrativas:			
Pessoal	14	(3)	(227)
Serviços de terceiros	16	(643)	(362)
Seguros		(10)	(10)
Tributos		(21)	(174)
Impairment	7	(49.341)	-
Provisão para devedores duvidosos	6	(9.532)	-
Outras Despesas		(4)	(3)
Resultado antes do resultado financeiro		(59.554)	(776)
Resultado financeiro		(59.532)	(704)
Receitas financeiras		-	9
Despesas financeiras		(1)	(44)
		(1)	(35)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(59.533)	(739)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		-	-
Prejuízo do exercício		(59.533)	(739)
Prejuízo por ação (expresso em R\$)		(1.0128)	(0,0132)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(59.533)	(739)
Resultado abrangente do exercício	(59.533)	(739)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(59.533)	(739)
Ajustes para reconciliar o resultado		
Provisão para perdas em clientes	9.532	-
Impairment imobilizado	49.341	-
Prejuízo do exercício ajustado	(660)	(739)
Redução (aumento) nos ativos e passivos:		
Despesas pagas antecipadamente	(1)	-
Créditos a receber	22.510	-
Fornecedores	(22.484)	(1.680)
Serviços	(133)	-
Tributos e contribuições	(125)	146
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(893)	(2.273)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(970)	-
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades de investimento	(970)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos	(1)	-
Partes relacionadas	133	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	684	3.160
Caixa líquido proveniente das ativ. de financiamento	816	3.160
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.047)	887
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.086	199
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39	1.086
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.047)	887

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Imobilizado

	31/12/2019	Adições	Baixas	Impairment	31/12/2020
Imobilizado em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	316	-	-	-	316
Serviços de engenharia	43.877	959	-	-	44.836
Consultoria ambiental	1.154	-	-	-	1.154
Projeto executivo	2.971	-	-	-	2.971
Adiantamentos a fornecedores	30	279	(268)	-	41
Outros	68	-	-	-	68
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (Impairment)				(49.341)	(49.341)
Total	48.416	1.238	(268)	(49.341)	45

	31/12/2018	Adições	Baixas	31.12.2019
Imobilizado em curso				

Continuação

adquiridos e/ou contratados no curso normal dos negócios e são 100% nacionais.

	31/12/2020	31/12/2019
WEG Equipamentos Elétricos S.A.	-	22.510
Arteche EDC Equip. e Sistemas	-	47
MW Segurança Ltda.	14	-
CSC – Central de Serviços Compartilhados S.A.	32	-
CEEE – GT	31	-
Vigitec Segurança Ltda.	16	-
Demais Fornecedores	-	20
Total	93	22.577
Circulante	93	67
Não circulante	-	22.510

9. Tributos e contribuições - Os tributos referem-se a valores provisionados ou retidos mês a mês, para devido recolhimento, conforme respectivo vencimento.

	31/12/2020	31/12/2019
ISS a recolher	4	26
INSS a recolher	13	94
Impostos retidos sobre serviços de PJ	8	32
Outros	2	-
Total	27	152

10. Dividendos a pagar - Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, no final cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral mediante proposta do Conselho de Administração. Os dividendos não reclamados pelos acionistas no prazo de 3 (três) anos reverterão em favor da Companhia, como prescritos. Em caso de liquidação da Sociedade, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta do Capital Social da Sociedade. Os dividendos declarados e não pagos até a presente data foram revertidos conforme determina o parágrafo 1º do artigo 38 do Estatuto Social da Companhia.

11. Partes relacionadas - **a) Partes relacionadas – contas a receber** - O saldo de R\$ 344, refere-se às operações em aberto com a Companhia Ventos de Vera Cruz S.A. - **b) Adiantamento para o Futuro Aumento de Capital (AFAC)** - O saldo de R\$ 3.463 (R\$ 5.631 em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos valores inteiramente recebidos da controladora, Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT. Não existem termos fixados de conversão dos adiantamentos para futuro aumento de capital em ações que considerem um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações, motivo pelo qual os saldos estão classificados como passivo não circulante. - **c) Partes relacionadas – contas a pagar** - O montante de R\$133 em 31 de dezembro de 2020 refere-se à indenização a pagar sobre os direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à geração na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, sendo R\$56 com a Ventos de Povo Novo S.A. e R\$77 com Ventos de Vera Cruz S.A.

12. Patrimônio líquido - **a) Capital social** - O capital social em 31 de dezembro de 2020 é composto por 58.890.371 ações ordinárias (55.929.342 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019), sem valor nominal, encontra-se totalmente subscrito e integralizado. A totalidade das ações pertence a acionistas domiciliados no país. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social estava distribuído como segue:

	31/12/2020		
	Ações	%	Valor R\$
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	58.884.779	99,99	58.775
Central Geradora Eólica Curupira Ltda.	5.592	0,01	6
Total	58.890.371	100,00	58.781

	31/12/2019		
	Ações	%	Valor R\$
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	55.932.750	99,99	58.924
Central Geradora Eólica Curupira Ltda.	5.592	0,01	5
Total	55.929.342	100,00	55.929

13. Contratos de longo prazo - **a) Contratos de implantação** - Para a construção e implantação EOL Curupira foram firmados contratos de fornecimento, transporte, montagem e comissionamento e colocação em marcha dos aerogeradores com a WEG Equipamentos Elétricos S.A.; obras civis para construção de acessos e bases de concreto dos aerogeradores com a Seta Engenharia S.A.; e fornecimentos de equipamentos e serviços de instalações de rede de média tensão, de subestação elevadora e de linha de transmissão de 230 KV com a Engcampo Engenharia Ltda. Estes contratos, a valores originais, apresentavam as seguintes importâncias:

	Valor
WEG Equipamentos Elétricos S.A.	81.103
Seta Engenharia S.A.	15.802
Engcampo Engenharia Ltda.	15.235
Total	112.140

Para os contratos com a WEG Equipamentos Elétricos a Companhia constituiu um grupo de trabalho para revisar os serviços prestados e pagamentos efetuados. Os valores pagos pela Companhia referentes a bens não recebidos estavam registrados na conta créditos a receber no ativo não circulante, e, no passivo não circulante na conta fornecedores os valores faturados pela WEG que permaneciam em aberto. Em dezembro de 2019 as partes convencionaram a suspensão do processo pelo prazo de 45 dias, a fim de buscar um acordo. Em março de 2020 após esgotarem-se todas as possibilidades de acordo entre as partes, as autoras optaram pelo prosseguimento da demanda. Em junho de 2020 considerando a falta de expectativa de realização dos créditos, as Companhias reconheceram a perda dos valores pagos como adiantamento ao fornecedor, deduzidos dos valores ainda não pagos reconhecidos no passivo não circulante das SPE's. Em 2020 foram cessadas as negociações entre Complexo Eólico Povo Novo e WEG. Foi contratado o escritório especializado Machado Meyer para atuar nos 03 processos que estão tramitando na 7ª Vara Civil da Comarca de Porto Alegre/RS, em 31 de dezembro de 2020. Em resumo, as ações envolvem a resolução de três contratos de fornecimento, supervisão de montagem e comissionamento de aerogeradores e outras avenças. Conforme nota explicativa nº 19, em 25/05/2021 foi proferida decisão, nos autos de um dos processos, deferindo o ingresso do Estado do Rio Grande do Sul no feito. O Juízo considerou que "o Estado do RS possui interesse econômico, pois é acionista controlador do Grupo CEEE", pois "a CEEE-GT é acionista amplamente majoritária das empresas que participam desta demanda, com participação superior a 99,99% em cada uma delas". Além disso, "o Estado do Rio Grande do Sul, como controlador da CEEE e por estar promovendo processo de desestatização poderá sofrer os efeitos econômicos desta demanda, ao menos enquanto não concretizadas as vendas". Em abril de 2018 foi encerrado o contrato com a empresa SETA Engenharia. Durante o ano de 2018 foi iniciada as tratativas para encerramento do processo do fornecimento do eletromecânico (Engcampo). Em dezembro de 2019 foi apresentado ao Conselho de Administração e aprovado o pagamento no valor de R\$ 2.296 e sendo assim foi assinado o Termo de Quitação ao contrato CUR/2014/002 dando por encerrado o contrato de fornecimento com a Engcampo.

14. Remuneração do pessoal chave da Administração - A remuneração dos diretores e Conselho de Administração que corresponde a benefícios de curto prazo foi no total de R\$ 3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 227 em 31 de dezembro de 2019).

15. Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta	24	79
(-) Tributos sobre a receita	(2)	(7)
Total	22	72

16. Serviço de terceiros - Serviços de terceiros compreendem valores relativos a serviços de assessoria e auditoria contábil, serviços de cessão de direito de software e remuneração de estagiários.

17. Cobertura de seguros - A Companhia contratou seguro garantia para fiel cumprimento dos contratos de venda de energia elétrica decorrente do Leilão nº 09/2013 - A-3 de 2013, no qual comercializou um total de 9,6 MW médios de garantia física, em contratos de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) por 20 anos, com entrega a partir de abril de 2016. A importância segurada foi no total de R\$ 4.802 mil, que corresponde a 5% do investimento total a ser realizado para implantação da central geradora eólica. A vigência do seguro vigorou até 03 de abril de 2021, conforme descrito na nota explicativa nº 19 foi renovado em 01 de março de 2021 com nova vigência até 03 de abril de 2022.

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros **a) Classificação dos instrumentos financeiros** - Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além das seguintes classificações: **(a)** Empréstimos e recebíveis; **(b)** Ao valor justo por meio do resultado; e **(c)** Pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	39	1.086
Partes relacionadas	344	344
Total	383	1.430

	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	93	22.577
Dividendos a pagar	-	10
Partes relacionadas	133	-
Total	226	22.587

b) Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, e, não mantém saldos em aberto referentes a instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020. **c) Valor justo** - Os valores contabilizados para os instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não diferem do valor justo destes instrumentos financeiros naquela data. **d) Risco de liquidez** O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida da Companhia. E o risco de a Companhia encontrar dificuldades para cumprir com suas obrigações financeiras vincendas. A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem retorno aos sócios, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação. A Administração mantém a alavancagem natural da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem considerado como adequado.

19. Eventos subsequentes - **a) Renovação seguro** - Em 01 de março de 2021, a Companhia efetuou o endosso da apólice de seguro garantia para fiel cumprimento dos contratos de venda de energia elétrica decorrente do Leilão nº 09/2013 - A-3 de 2013, com nova vigência até 03 de abril de 2022. **b) Ingresso do Estado do Rio Grande do Sul na ação da WEG** - Em 25 de maio de 2021 foi proferida decisão nos autos do processo judicial entre WEG e as Empresas do Complexo Eólico Povo Novo, na qual foi deferido o ingresso do Estado do Rio Grande do Sul como parte na ação. O Juízo considerou que "o Estado do RS possui interesse econômico, pois é acionista controlador do Grupo CEEE", pois "a CEEE-GT é acionista amplamente majoritária das Empresas que participam desta demanda, com participação superior a 99,99% em cada uma delas". Além disso, "o Estado do Rio Grande do Sul, como controlador da CEEE e por estar promovendo processo de desestatização poderá sofrer os efeitos econômicos desta demanda, ao menos enquanto não concretizadas as vendas". **c) Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital ao capital social** - Em abril de 2021, conforme AGE que registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, a Companhia integralizou ao seu capital o social o montante de R\$2.956 com recursos advindos dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) já realizados pela acionista majoritária.

Alvaro Burlacenko Direto Técnico CPF: 785.561.980-15	Erton Rodrigo da Silva Contador CRC SC-30.791/O-1
---	--

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Sociedade VENTOS DE CURUPIRA S.A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compostas por documentos relativos à gestão econômico-financeira da Empresa, bem como o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial Consolidado, as informações complementares da Administração, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes Grand Torton Auditores Independentes, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 28 de maio de 2021.

Elisângela Moura Rodrigues
Presidente

Rodrigo Luis Bertolo Simon
Conselheiro

Luciana Gheller Luque
Conselheira

Carlos Augusto Tavares de Almeida,
Conselheiro de Administração.

Lúcio do Prado Nunes,
Conselheiro de Administração.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2020, encerrado em 31 de dezembro de 2020, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Acionistas.

Porto Alegre, 28 de maio de 2021.

Danielle Ghisleni de Oliveira,
Presidente do Conselho de Administração.

Carlos Augusto Tavares de Almeida,
Conselheiro de Administração.

Lúcio do Prado Nunes,
Conselheiro de Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da **Ventos de Curupira S.A.** - Porto Alegre - RS
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Curupira S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Curupira S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas coligadas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional** - Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia foi constituída em 26 de fevereiro de 2014 e encontra-se em fase pré-operacional. Os recursos para a construção do Parque Eólico Curupira estão sendo viabilizados, através de aportes do acionista controlador, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT. Em novembro de 2018, o Conselho de Administração da CEEE/GT, autorizou o relançamento da Chamada Pública para o Complexo Eólico Povo Novo. A retomada do projeto foi autorizada em 21/07/2020 e a SPE está sendo reestruturada para continuidade do negócio, com a renovação do Conselho de Administração, posse do novo diretor e contratação de estrutura administrativa, contábil e jurídica para suporte à gestão. Até que a Companhia inicie suas atividades e passe a gerar recursos financeiros suficientes para manutenção das suas operações, ela depende substancialmente de aporte financeiro de seu acionista controlador. Essa situação, entre outras descritas na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Contratos de fornecimento - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, em 23 de maio de 2014 a Companhia celebrou contrato de fornecimento, supervisão de montagem, montagem e comissionamento de aerogeradores, para a aquisição de 11 aerogeradores, unidade básica de produção, no valor total de R\$ 81.103 mil. Por descarte comercial entre as partes, o contrato foi considerado rescindido pela assessoria jurídica da Companhia, a qual constituiu um grupo de trabalho para revisar os serviços prestados e os pagamentos já efetuados. Em dezembro de 2018 foi ajuizada ação conjunta do Complexo Eólico Povo Novo, que inclui a Companhia, para o ressarcimento dos valores pagos e da aplicação de multas por não cumprimento do cronograma do contrato. Em junho de 2020 considerando a falta de expectativa de realização dos créditos, a Companhia reconheceu a perda

dos valores pagos como adiantamento ao fornecedor, deduzidos dos valores ainda não pagos reconhecidos no passivo não circulante. Até o presente momento não ocorreu o desfecho desta ação, de modo que não nos foi possível concluir a respeito dos valores que resultarem da decisão judicial referente ao encontro de contas entre as sociedades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos **Demonstrações financeiras dos valores correspondentes examinada por outro auditor** - O exame das demonstrações financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria em 12 de março de 2020, sem ressalvas e comentários de ênfases do mesmo teor. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2020, examinamos também os ajustes, referente à reclassificação dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, descritos na Nota Explicativa nº 3.f, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, devido a erros identificados na classificação de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao início ou final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as referidas demonstrações financeiras de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos

objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de maio de 2021.

Romeu Sabino da Silva
CT CRC 1RS-071.263/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1